

Roma, 2 de fevereiro de 1997,
Festa da Apresentação do Senhor

A FRATERNIDADE EVANGÉLICA

A TODOS OS FRADES DA ORDEM

Caríssimos irmãos,
O Senhor vos conceda a sua paz!

O encontro sobre a vocação capuchinha em suas expressões laicais, realizado em Roma durante o mês de setembro de 1996, tornou-se um evento histórico na vida de nossa Ordem. Foi o primeiro encontro da Ordem no qual a maioria dos participantes era composta por irmãos leigos de nossa Fraternidade. Os participantes do Encontro pediram ao Definitório geral que enviasse à Ordem uma carta sobre o elemento essencial de nosso carisma: o convite do *santo Evangelho* e da *Regra de São Francisco* de criar no mundo uma *fraternidade evangélica*.

A vontade de re-apossar-se da vida evangélica fraterna constituiu o esforço mais importante da Ordem para responder ao convite, feito pelo Concílio Vaticano II, a todos os religiosos para que retornassem ao carisma de suas origens. Em muitas de nossas Províncias os irmãos mais idosos reconhecem que nas próprias comunidades existe uma sensibilidade mais profunda da vida fraterna. Ao mesmo tempo, os cinco Conselhos Plenários da Ordem foram dedicados a redefinir o significado evangélico de nossa vida fraterna. É neste contexto que, em nome do Definitório geral, vos escrevo esta carta sobre a nossa **vida evangélica fraterna**.

1. O pedido do Papa

1.1 — O papa João Paulo II reconhece este importante desenvolvimento que ocorreu em nossa fraternidade internacional em sua carta de 18 de setembro de 1996. Nela se encontra uma declaração excepcionalmente significativa quanto a natureza e a missão de nossa Ordem na Igreja, assim formulada em nossas Constituições:

«Esta Ordem religiosa constitui, portanto, uma fraternidade, composta de clérigos e leigos que partilham a mesma vocação religiosa segundo o carisma franciscano e capuchinho, descrito em suas linhas essenciais pela própria legislação aprovada pela Igreja (cfr. Constituições, nº 4).

O conteúdo e a importância desta afirmação recebem maior força quando consideramos o contexto da afirmação do Papa. Ele mesmo a coloca como parte de sua Exortação apostólica post-sinodal *«A vida consagrada»*.

1.2 — A Exortação apostólica afirma que *«a vida consagrada, por sua natureza, não é nem laical nem clerical»* (nº 60). E, em seguida, define os três tipos de vida consagrada:

— *«os Institutos laicais... possuem caráter e finalidades que não comportam o exercício da ordem sacra»* (nº 60);

— *«os Institutos clericais... prevêm o exercício da ordem sacra... o sagrado ministério é parte essencial do mesmo carisma e determina a índole, a finalidade e o espírito»* (nº 60):

— os Institutos mistos... configuram-se como fraternidades, nas quais todos os membros (sacerdotes e não sacerdotes) eram considerados iguais entre si» n° 61).

A Exortação indica claramente que a vida fraterna é comum a todos os Institutos de vida consagrada (cfr. n° 42; também *A vida fraterna em comunidade*, n° 59b).

O que distingue os Institutos mistos dos Institutos clericais ou laicais é a finalidade da fraternidade. Nos últimos dois tipos de Institutos, a fraternidade possui como finalidade primária o sustento material, humano e espiritual dos membros em seus ministérios. Seu objetivo fundamental coloca-se em outra faixa, por exemplo, no sagrado ministério que confere ao Instituto a sua «índole, finalidade e espírito». Um Instituto misto, ao invés, existe para a fraternidade que define a índole e o espírito de sua presença e de seu serviço na Igreja e no mundo.

1.3 — A carta do Papa de 18 de setembro de 1996, citando o n° 4 de nossas Constituições, indica, da maneira mais clara possível, a finalidade da fraternidade que prometemos de viver. Tendo como base esse número, os aspectos mais importantes de nosso carisma tornaram-se pontos de muita reflexão nos últimos decênios. Destas análises resultou que os elementos essenciais de nossa fraternidade podem aparecer especialmente os seguintes:

- uma fraternidade de frades menores, servos do mundo;
- uma fraternidade contemplativa;
- uma fraternidade pobre e austera;
- uma fraternidade dedicada à justiça, à paz e ao respeito pela natureza;
- uma fraternidade cheia de calor humano;
- em síntese, uma fraternidade *evangélica*.

Desta reflexão resultou algo mais que uma simples conclusão lançada por escrito em nossos documentos! A paixão pelo nosso carisma evangélico fraterno originou ao menos 15 novas presenças missionárias nos últimos 20 anos. A força desse carisma motivou o espontâneo renascimento de diversas Províncias no Leste europeu depois de 50 anos de opressão e de perseguição. O desejo de ser vivos testemunhas evangélicas imprimiu nas antigas Províncias do hemisfério norte a coragem de estruturar as fraternidades apesar da não otimista perspectiva vocacional.

1.4 — «*E quando Senhor me deu irmãos...*» Este momento foi um divisor de águas na vida de Francisco, que considerou, como resposta primária ao Santo Evangelho, o modo de viver como irmão. No fim, ele se sentiu afetuosamente ligado a todos e a tudo. Cada criatura era seu irmão ou irmã; qualquer pedra, córrego, a sua casa. Falava do irmão Sol, irmã Lua, irmão Vento e mãe Terra. Mediante a graça, Francisco elevou-se a tal ponto que em si não sentia nem violência, nem divisão, nem qualquer outra coisa que o pudesse separar de seu próximo ou da criação. Tomás de Celano afirma que Francisco, purificado pela intensidade com a qual vivia a fraternidade, retornou à inocência original (cfr. SR FRANCES TERESA OSC, *Living the Incarnation*). Esta característica da vivência fraterna em Francisco e em sua primitiva fraternidade abriu os corações à mensagem do Santo Evangelho. A fraternidade era seu instrumento preferencial de evangelização. A carta de 18 de setembro de 1996 é um evidente mandato, da parte da Igreja, para abraçar este projeto evangélico fraterno de São Francisco.

2. A fraternidade evangélica define a nossa vocação capuchinha

2.1 — O «testemunho evangélico» não é uma nova ideologia, mas é uma nova conversão! Um Ministro provincial, tratando de maneira breve mas muito clara a nossa realidade, em uma carta pastoral assim afirmava aos seus frades:

«Juntos, não rezamos mais, mas menos. Nas refeições, não nos encontramos mais, mas menos. Protegemos sempre mais o próprio estilo de vida, as próprias preferências e necessidades... O que prometemos é de sermos irmãos evangélicos e é este "terreno" comum que deve ser recuperado... O Evangelho, as Constituições e a Regra são o nosso "terreno" comum».

Não podemos afirmar de sermos um «povo evangélico» a não ser que cada irmão se decida de ser um «homem evangélico». «*Tende em vós mesmos os mesmos senti-*

mentos de Cristo» (Fil 2,5). É este o «terreno» comum ao qual nos chama a tradição capuchinha mediante uma séria aplicação à partilha da Palavra, à meditação, à oração da Igreja, à Eucaristia e à reconciliação.

2.2 — A criação de uma *fraternidade*, que lê seriamente os sinais dos tempos e reconhece a ação do Espírito de Deus no meio do povo, requer algo mais que o estudo dos grandes eventos nacionais e mundiais. A criação de uma *fraternidade*, inserida entre os pobres, exige algo mais que uma simples troca de lugar ou de modificação na estrutura da fraternidade: esta requer um caminho mental e espiritual da parte dos irmãos.

Trabalhar eficazmente para a reconciliação e o reino da justiça postula que uma *fraternidade* inicie séria reflexão à luz do Evangelho sobre o ambiente onde vive. «*A Sabedoria... mostra-se facilmente para aqueles que a amam... a encontrará sentada junto à porta da sua casa*» (Sab 6, 12.14). Francisco não encontrou a chave da paz e da justiça na distante Roma ou na corte do Sacro Império Romano. Iniciou procurá-la em seu ambiente, em Santa Maria dos Anjos, juntamente com seus frades. Por isso urge sério esforço para o uso efetivo do *Capítulo local*, que deve animar as nossas fraternidades para oferecer maior testemunho dos valores evangélicos que constituem o fundamento de nossa forma de vida.

2.3 — Uma fraternidade evangélica não nasce de maneira fortuita, colocando-se frades na mesma casa, mas requer atenção e animação. Consequentemente, o papel do *superior local*, como animador da fraternidade local, é indispensável. Os superiores locais devem ser considerados pelos Ministros provinciais e pelas respectivas fraternidades antes de tudo como guias espirituais. E eles mesmos devem julgar a animação espiritual de suas fraternidades como a primeira e a mais importante responsabilidade (cfr. *Constituições* 23,6; e também *A vida fraterna em comunidade*, nº 50). A Conferência Ibérica (CIC) dos capuchinhos criou uma estrutura para animar os superiores locais: de dois em dois anos a Conferência convoca os seus todos os Superiores locais para um seminário de uma semana. Esta iniciativa revelou-se utilíssimo instrumento para encorajar os Superiores locais em desempenhar suas funções.

2.4 — Francisco quis que sua fraternidade manifestasse a específica qualidade evangélica da *minoridade*. Em sua primeira Regra, Francisco indica como a minoridade deve modelar as relações entre os frades: «... *nenhum irmão exerça uma posição ou cargo de mando, e muito menos entre os próprios irmãos*» (Rnb, 5,12). As nossas Constituições (nº 84, 3-6) indicam, de maneira mais ampla, alguns elementos dessa minoridade:

— «*Em razão da mesma vocação, os frades são iguais*» (Const. 84,3). A fraternidade vivida como discípulos de Jesus é a vocação que nos faz franciscanos e capuchinhos. Como Francisco, também nós ouvimos e respondemos ao convite de Jesus: «*Segue-me!*».

— «*Por isso, de acordo com a Regra, o Testamento e o costume primitivo dos capuchinhos, chamemo-nos todos indistintamente de irmãos*» (Const. 84,3). Também a maneira com a qual nos chamamos dá força concreta à nossa comum vocação à fraternidade. É o nosso modo de proclamar que «*existe um só Senhor, uma só fé, um só batismo e um só Deus e Pai de todos...*».

- «*A precedência necessária para o serviço da fraternidade provém dos cargos e ofícios que estão sendo exercidos atualmente*» (Const. 84,4). Quer se trate do sacerdócio quer do serviço à fraternidade, os diversos ministérios e encargos merecem efetivamente que sejam reconhecidos. Mas a precedência nasce dos *ministérios e encargos que se exercitam no momento presente*. Também os irmãos bispos podem ser reintegrados plenamente em nossas fraternidades quando terminam o ministério pastoral nas dioceses. E enquanto «*todos os ofícios e serviços devem ser abertos a todos os frades*», sempre se deverá respeitar e conceder a devida precedência aos ministros ordenados quando se trata dos «*que requerem a sagrada ordenação*» (Const. 84,5).

— «*Todos se ajudem mutuamente de acordo com os dons que receberam, mesmo nos serviços que têm que ser feitos diariamente em nossas casas*» (Const. 84,6). Os dons são concedidos pelo Espírito Santo não para o prestígio pessoal mas para o serviço da fraternidade e do mundo. São Francisco mesmo nos envia ao capítulo 13 do

Evangelho de São João, no qual Jesus mostra a natureza do serviço cristão: «*Ninguém seja intitulado "prior" mas todos sejam designados indistintamente como "frades menores". E um lave os pés ao outro!*» (Rnb, 6,3-4).

Desta maneira, a minoridade torna possível às pessoas que possuem qualidades e responsabilidades muito diversas na sociedade e na Igreja de se unirem e de viverem em autêntica fraternidade.

3. A fraternidade evangélica define a nossa presença no mundo

3.1 — São Francisco compreendeu que a Igreja nasceu como uma comunidade e, por isso, convenceu-se profundamente que o Evangelho continuaria a crescer no mundo mediante a fraternidade. Assim ele mandou seus frades *dois a dois* a proclamarem a penitência e a paz (1Cel 29, 30; cfr. Mc 6,7; Lc 10,1).

3.2 — Francisco via a si mesmo como irmão. Esta visão determinava sua maneira de servir e de proclamar o Evangelho. Entre nós, ao invés, esta percepção é freqüentemente invertida: muitos irmãos encontram sua identidade no próprio ministério e, por isso, a vida fraterna permanece completamente condicionada pela identidade ministerial. O ministério determina a participação na oração comum e nas refeições comuns. O ministério justifica a administração autônoma do dinheiro. O ministério faz com que alguns frades se tornem irremovíveis, agarrados à mesma casa (não à mesma fraternidade!) por anos e anos (cfr. V CPO, nº 18). Em alguns casos, a proteção dos ministérios pessoais chegou à tentativa de redefinir a vida fraterna como tal. Existem irmãos que vivem sozinhos em seu apostolado e se encontram uma ou duas vezes por semana para rezar e para tomar uma refeição em comum (cfr. *A vida fraterna em comunidade*, nº 65c) e continuam a chamar «superior local» (guardião) o seu coordenador. As «fraternidades regionais» não podem substituir as fraternidades locais.

O desafio de formar fraternidades evangélicas implica a reconsideração do ministério como serviço da nossa *fraternidade* à Igreja e ao mundo. Isto indica que as atividades feitas em colaboração com vários membros da fraternidade devem ter a precedência sobre as que são apenas expressões individuais. A variedade dos dons da graça e da natureza deveriam atuar juntos para o bem comum.

3.3 — Um ótimo estudo histórico, apresentado durante o *Encontro sobre a vocação capuchinha em suas expressões laicais*, sugeriu que a clericalização da Ordem iniciou quando os dons de nossos irmãos leigos foram limitados aos serviços da fraternidade como tal. Impedidos do contato ministerial com o povo, foi-lhes também proibido o acesso à instrução. Disto resultou a clericalização da Ordem, um processo que definiu sempre mais sua finalidade em termos de ministérios clericais. Tal fenômeno privou nossa ação evangélica dos carismas e dos dons de uma parte considerável e essencial da fraternidade. Os sinais dos tempos sugerem que este processo deve ser mudado, sem todavia minimizar, entre nós, os ministérios clericais, mas estimulando a expressão de todos os dons de nossos irmãos leigos.

— Os documentos da Igreja, a partir do Concílio Vaticano II, atribuem, de maneira coerente, um papel significativo ao laicato na proclamação do Evangelho ao mundo (cfr. *Christifideles Laici*, 33).

— Transformações sociais e culturais plasmaram uma nova realidade com a qual todos devemos examinar-nos com olhos novos e descobrir nos outros os dons da natureza e da graça.

3.4 — «*Quero que esta fraternidade seja chamada Ordem dos Frades Menores*» (1Cel, 38). Era a minoridade que transformava a primitiva fraternidade franciscana em uma força evangélica tão poderosa no mundo. Também a sociedade contemporânea, obsessivada pelo individualismo, necessita do testemunho evangélico da minoridade. Na estrada do egoísmo, o nosso mundo chegou ao ponto de identificar, por exemplo, aborto como libertação da mulher e o suicídio como último direito dos doentes! A minoridade é a força para a reconciliação e para a paz neste mundo que, ávido de poder, é «*dilacerado pelo ódio étnico e pelas loucuras homicidas*» (*Vida consagrada*, nº 51).

4. A fraternidade evangélica se manifesta na fraternidade local

4.1 — Se a fraternidade deve definir a índole, a finalidade e o espírito de nossa presença franciscano-capuchinha no mundo, então é necessário que todas as Circunscrições da Ordem imprimam nova vida e vitalidade à fraternidade local. Vários grupos, em nosso Capítulo geral de 1994, foram unânimes em julgar que as fraternidades locais foram seriamente debilitadas. Para melhorá-las urge lembrar os fatores históricos que contribuíram para este enfraquecimento.

4.2 — Na América, Ásia, África ou Oceania a Ordem foi inicialmente implantada em função de sua ação ministerial. Fomos enviados a iniciar as estruturas das Igrejas locais. Naquelas circunstâncias, a fraternidade existia para sustentar e amparar esse ministério. No entanto, as fraternidades locais ainda se encontram, em geral, muito fracas porque constituídas de apenas dois ou três frades. Quando, geralmente falando, a fraternidade se viu reduzida a estes números, a Ordem não pode testemunhar seu carisma fraterno. Todo esforço deve ser feito para criar fraternidades de, ao menos, quatro ou cinco frades, possibilitando assim autêntica vida fraterna.

4.3 — A qualidade da vida da fraternidade local viu-se seriamente enfraquecida nas regiões mais antigas da Ordem, onde a diminuição do número de frades obrigou algumas Províncias a manterem muitas casas sem condições de nelas se constituir uma fraternidade. Em outros casos existem fraternidades locais com seis ou sete frades, os quais, no entanto, vivem em conventos construídos para fraternidade sete ou oito vezes maiores. Devemos interrogar-nos se nosso testemunho evangélico e fraterno não melhoraria se tivéssemos a coragem de viver em casas mais correspondentes às nossas reais necessidades, cedendo as velhas estruturas para finalidades eclesiais ou sociais.

4.4 — Em muitas Províncias mais antigas de nossa Ordem, a situação vocacional estabilizou-se durante longos anos. É evidente que no futuro não haverá frades necessários para organizar uma vital presença fraterna em todos os conventos existentes. Não podemos permitir que a saudade do passado nos paralise, nem podemos permanecer inertes por medo das estatísticas do futuro! A realidade vocacional é um sinal dos tempos que nos convida a conceder prioridade à vida fraterna antes que às estruturas da fraternidade. Devemos criar uma renovada e vital presença fraterna e abrir a porta a novas iniciativas no território de nossas Províncias. «*Deixe que os mortos sepulquem seus próprios mortos, mas você, vá anunciar o Reino de Deus*» (Lc 9,60).

5. A fraternidade evangélica: finalidade prioritária da formação

5.1 — As nossas *Constituições* justamente notam que a formação refere-se não somente ao crescimento de cada frade, mas também ao desenvolvimento da fraternidade evangélica: «*Formação é a promoção dos frades e das fraternidades para que nossa vida seja cada dia mais conforme com o santo Evangelho e com o espírito franciscano....*» (Const. 22,1).

Como a Ordem se *propõe* transformar-se em fraternidade evangélica, a *conversão* evangélica logicamente constitui o coração do processo formativo.

5.2 — Conseqüentemente a formação inicial em todos os níveis (postulantado, noviciado, pós-noviciado) deve programar-se para transmitir os valores de nossa vida, que descrevemos no nº 1.3 da presente carta. Cada etapa da formação inicial deve elaborar conteúdos e métodos para cada uma destas prioridades evangélicas. Os meios para esta elaboração são: *a instrução, a experiência e a reflexão partilhada*. O Definitório —de acordo com o que já tinha sugerido na carta circular nº 9 de 2 de fevereiro de 1996— apela, com insistência, aos irmãos responsáveis pela formação inicial a refletirem sobre os conteúdos e os métodos com os quais concretamente se possa transmitir os valores lembrados no parágrafo nº 1.3.

5.3 — A nova evangelização requer que os dons de todos os membros da Igreja, de maneira especial os dos leigos, sejam colocados à disposição do Evangelho. Pode-se dizer, em geral, que as Províncias possuem um plano bem organizado de formação e de experiência ministerial para os irmãos clérigos. O recente Encontro evidenciou que a mesma atenção e cuidado que a Ordem atualmente dedica à instrução e à preparação dos irmãos clérigos deve ser concedida também à preparação dos irmãos leigos e à sua formação para o ministério e aos demais serviços.

5.4 — Esta carta pastoral é o fruto da reflexão que o Definitório geral fez quanto aos desafios evangélicos à nossa Ordem que se encontram na carta do Papa de 18 de setembro de 1996 e indicados também no recente *Encontro sobre a vocação capuchinha em suas expressões laicais*. A conversão à qual a Ordem é convidada pela carta do Papa e pelo Encontro poderá realizar-se somente se a reflexão continuar em nossas Províncias e Circunscrições. Por isso, convidamos os Ministros provinciais a refletirem sobre o tema e os conteúdos da presente mensagem em suas cartas pastorais, nas assembléias e encontros provinciais. Pedimos também aos Superiores locais (guardiães) que leiam a presente carta juntamente com os próprios confrades, inserindo-a entre os temas dos capítulos locais.

Conclusão

«*Esta Ordem constitui portanto uma fraternidade....*». Esta importantíssima declaração do Papa, que chegou no final de um Encontro histórico da Ordem, nos estimule a um renovado entusiasmo para re-apropriar-nos do carisma evangélico fraterno de São Francisco de Assis que, por quase 800 anos, imprimiu vitalidade evangélica à Igreja e ao mundo.

Fraternalmente,



fr. John Corriveau
fr. John Corriveau, OFM Cap.
Ministro geral

AVISO!...

- As três seguintes cartas ou circulares serão publicadas, em fascículo à parte, no próximo número do BICI, para serem enviadas a todas as fraternidades de sua Circunscrição:

1. carta circular sobre a Fraternidade;
2. carta da Família Franciscana;
3. convocação do VI CPO.

- No decorrer deste ano, as cartas circulares do Ministro geral e algumas outras serão sempre publicadas e enviadas com o BICI.

